



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



LEI Nº 605/2015-PGMP

Publicado no Quadro Legal de Atos da
Prefeitura Municipal de Parintins
Em 01/04/15 nos termos
do Art.91 da Lei Orgânica Municipal
Nº 01.2004-CMP.
Rebeca Agêdo
Procuradoria Geral do Município

DISPÕE SOBRE A REFORMA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE PARINTINS, ESTABELECE NORMAS PARA SUA ADEQUADA APLICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão **EVERALDO SILVÉRIO BATISTA COELHO**, Prefeito Municipal de Parintins em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 65, I e III da Lei Orgânica do Município;

Faz saber aos cidadãos de Parintins que a Câmara Municipal de Parintins - CMP, em Sessão Ordinária, realizada no dia 31 de março de 2015, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte:

LEI:

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas para a sua adequada aplicação, em consonância com as linhas e diretrizes contidas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

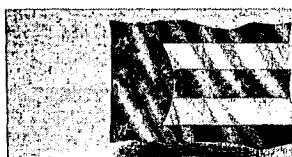
Art. 2º O atendimento aos direitos da criança e do adolescente no município de Parintins- AM será feito mediante um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais caracterizadas como espaços públicos, assegurando-lhes o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária, assim discriminados no âmbito municipal:

I- desenvolvimento de políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade, respeito e dignidade;

II- desenvolvimento de políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; e

III- execução de serviços especiais que visem:

- a) à prevenção e ao atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração/ abuso sexual, exploração do trabalho infanto-juvenil, discriminação, crueldade e opressão, violência, abandono moral e intelectual;



Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapin@gmail.com
Parintins-Amazonas





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



- b) à identificação e à localização de pais, tutores ou responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes desaparecidos; e
- c) à proteção jurídico-social por entidade de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo Único – o município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais esportivas e de lazer voltadas para a infância e juventude.

Art. 3º - Mediante proposta fundamentada do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, o Município poderá criar os programas e serviços a que alude o art. 2º desta Lei ou estabelecer consórcio intermunicipal de integração regionalizada, constituindo entidades voltadas especificamente para essas mesmas finalidades.

Art. 4º As entidades e os órgãos de atendimento, governamentais e não-governamentais, são responsáveis pela manutenção das próprias unidades e pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados às crianças e aos adolescentes, em regime de:

- I- orientação e apoio sócio-familiar;
- II- apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III- colocação familiar;
- IV- acolhimento institucional;
- V- prestação de serviços à comunidade;
- VI- liberdade assistida;
- VII- semiliberdade; e
- VIII- internação.

§ 1º - As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento na forma definida neste artigo, junto ao CMDCA, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, e do qual fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária competente.

§ 2º Os serviços especiais visam, dentre outros aspectos:

- a) à prevenção e ao atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração/ abuso sexual, exploração do trabalho infanto-juvenil, discriminação, crueldade e opressão, violência, abandono moral e intelectual e substâncias entorpecentes;
- b) à identificação de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;
- c) à proteção jurídico-social.

§ 3º. As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no CMDCA, que comunicará ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária competente.



Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapin@gmail.com
Parintins-Amazonas





§ 4º. Será negado o registro à entidade não-governamental que:

- I. oferecer instalações físicas em condições inadequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- II. apresentar plano de trabalho incompatível com os princípios da Lei Federal nº 8.069/90;
- III. estiver irregularmente constituída;
- IV. constar em seus quadros diretivos pessoas inidôneas, conforme disposições estabelecidas pelo CMDCA em seu regimento interno; e
- V. dispuser de corpo técnico inabilitado, conforme disposições estabelecidas pelo CMDCA em seu regimento interno.

Art. 5º Os planos de aplicação e as prestações de contas das entidades governamentais e não-governamentais serão apresentados ao CMDCA na hipótese de destinação de verba municipal, na forma consignada no ajuste que formalizar o repasse.

Art. 6º O CMDCA é o órgão de deliberação e controle da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente nos termos e disposições contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e nesta Lei.

TÍTULO II - DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 7º. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

- I. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e
- III. Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

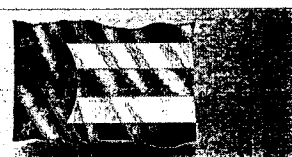
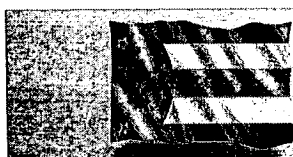
Art. 8º. Os programas de atendimento à infância e a juventude, por parte do Poder Público Municipal, serão executados pelos órgãos municipais e por intermédio de convênios com entidades de caráter privado, observando sempre o caráter comunitário das atividades.

Parágrafo Único. É vedada a criação de programas de caráter compensatório, de ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município, sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II - DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PARINTINS

SEÇÃO I - DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO DE DIREITOS

Art. 9º. Criado pela Lei Municipal n.º 070/91, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parintins que é por sua natureza órgão normativo, consultivo, deliberativo e controlador das ações da política de promoção, atendimento e de defesa dos direitos da criança e do adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho. Observada a





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



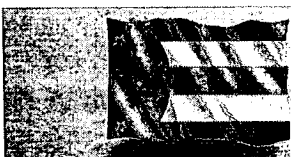
composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/90, fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 10º. O Poder Executivo destinará espaço físico adequado com condições básicas para o correto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parintins e Conselho Tutelar de Parintins, bem como, cederá recursos humanos, entre os servidores cedidos constará: assessoria técnica e jurídica; estrutura física como: telefone, computador, internet, meios de transporte, serviços de correio e outros que forem necessários ao cumprimento de suas atribuições.

SEÇÃO II - DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE DIREITOS

Art. 11º. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parintins - CMDCA/PIN, além de outras atribuições que lhe forem conferidas:

- I. definir a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente a ser aplicada em Parintins, em consonância com ao que prescreve a Lei Federal 8.069/90 e demais legislações pertinentes a matéria;
- II. verificar, cuidar e exigir a aplicabilidade das políticas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente em Parintins, em conjunto com o Ministério Público Estadual, levando-se em conta as peculiaridades das crianças e adolescentes, de sua família, de seu grupo de vizinhos, dos bairros, das zonas urbanas e rurais;
- III. fiscalizar ações governamentais e não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como a correta aplicação e atendimento dos convênios com entidades de caráter privado;
- IV. articular e integrar as entidades de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- V. formular proposta de políticas de atendimento voltadas às crianças e adolescentes de Parintins, a serem incluídas no planejamento da proposta orçamentária, bem como fornecer informações e elementos de sua execução;
- VI. manter permanente entendimento com os Poderes: Judiciário, Legislativo, Executivo e Ministério Público Estadual, postulando, inclusive, se necessário, proposta para alterações na Legislação Municipal, com relação ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- VII. incentivar, propor e promover capacitação permanente dos profissionais de todas as entidades de atendimento à criança e adolescente, por intermédio de cursos, palestras, programas, e todos que se fizerem necessários;
- VIII. gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH, priorizando as metas onde serão empregados os recursos, podendo também captá-los.
- IX. promover e incentivar intercâmbio com entidades públicas, particulares, organismos nacionais e internacionais, visando ao aperfeiçoamento e a consecução de seus objetivos;
- X. elaborar seu Regimento Interno;



Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapin@gmail.com
Parintins-Amazonas





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



- XI. propor modificações nas estruturas dos Sistemas Municipais, visando o melhor atendimento aos direitos da criança e do adolescente;
- XII. comunicar o registro de entidades de atendimento ao Conselho Tutelar e ao Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Parintins.
- XIII. conceder auxílios e subvenções a entidades de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;
§ 1º A concessão, pelo Poder Público Municipal, de qualquer subvenção ou auxílio a entidades de atendimento aos direitos da criança e do adolescente está condicionada ao registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parintins.
§ 2º As resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parintins terão validade quando aprovadas pela maioria de seus membros e após sua publicação na forma da Lei Orgânica Municipal.
- XIV. regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para o processo de escolha e a posse dos membros do Conselho Tutelar de Parintins, sob a fiscalização do Ministério Público Estadual;
- XV. dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei.
- XVI. acompanhar e fiscalizar a correta utilização dos recursos financeiros, encaminhando denúncia através de relatório ao órgão competente para apuração nos casos de infração da Lei.

SEÇÃO III - DOS MEMBROS DO CONSELHO DE DIREITOS

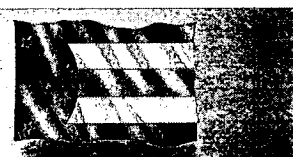
Art. 12º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parintins será composto de 14 (quatorze) membros, sendo 07 (sete) representantes do Poder Público e 07 (sete) da sociedade civil, observada a representação paritária, as seguintes Entidades:

- I. 07 (sete) representantes de entidades Governamentais:
 - a) 01 (um) representante da Procuradoria Jurídica de Parintins;
 - b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer ;
 - c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente;
 - e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças;
 - f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo;
 - g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Assistência Social, Habitação
- II. 07 (sete) representantes de entidades Não-Governamentais.

§ 1º Os conselheiros representantes das secretarias/departamentos serão designados pelo Prefeito, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito da respectiva secretaria/departamento. Não poderá integrar o Conselho de Direitos de Parintins pessoa que tiver sido condenada criminalmente.



Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapin@gmail.com
Parintins-Amazonas





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



§ 2º Os representantes de organizações da sociedade civil, serão escolhidos pelo voto das entidades representativas da sociedade civil, com sede no Município, e enviada para o Conselho de Direitos com as certidões de antecedentes criminais das Comarcas onde residiu nos últimos 02 (dois) anos.

§ 3º O Mandato dos Conselheiros e respectivos suplentes será de 02 (dois) anos, admitida uma recondução.

§ 4º Nomeação e posse do Presidente e demais membros do Conselho de Direitos far-se-á pelo Prefeito Municipal, obedecidos os critérios de escolha, previstos nesta Lei.

Art. 13º. A função de Presidente, Vice-presidente, Secretário e de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parintins é considerada de interesse público relevante e não será remunerada, e portando não é de dedicação exclusiva.

Art. 14º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parintins elegerá, dentre seus pares, um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

Art. 15º. Perderá o mandato o Conselheiro de Direitos que:

- I. faltar, sem justificativa plausível, ou não comprovada o motivo da ausência, a três sessões consecutivas ou dez alternadas;
- II. for condenado criminalmente;
- III. portar-se de forma escandalosa em público;
- IV. for desidioso em suas funções de conselheiro;
- V. exorbitar de sua competência na conduta da autoridade que lhe é outorgada como conselheiro, assegurado o direito ao contraditório, perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VI. infringir, no exercício de sua função, as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- VII. cometer infração a dispositivos do Regimento Interno aprovado por Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VIII. for condenado por crime ou contravenção, em decisão irrecorrível, que sejam incompatíveis com o exercício de sua função;
- IX. cometer ato de improbidade administrativa.

Art. 16º. O Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parintins regerá os casos omissos desta Lei.

CAPÍTULO III - DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PARINTINS

SEÇÃO I - DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO



Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapin@gmail.com
Parintins-Amazonas





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Art. 17º. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 070/91-PJPMP, será gerido e administrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parintins, indispensável à captação, ao repasse e à aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

Art. 18º. As ações que trata o artigo anterior referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente, em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas básicas.

Art. 19º. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parintins é constituído das seguintes receitas:

- I. dotação consignada, anualmente, no orçamento do Município para assistência social voltada à criança e ao adolescente e as verbas adicionais que a Lei vier a estabelecer no decurso de cada exercício;
- II. doação, auxílios, contribuições, remoção e transferências de pessoas naturais e entidades;
- III. valores oriundos das multas provenientes das ações civis e das infrações administrativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- IV. prestações pecuniárias ou condições de suspensão processual derivada de ações criminais;
- V. produtos de aplicação financeira dos recursos disponíveis, respeitadas a legislação em vigor;
- VI. recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados entre o Município e pessoas naturais ou jurídicas, nacionais e internacionais e associações;
- VII. repasse e transferências dos Fundos, Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VIII. outros recursos que, porventura, lhe forem destinados:

§ 1º O Fundo é vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parintins, ao qual cabe a função de gerir, bem como deliberar sobre os critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no Art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal (Arts. 88, IX, e 260, § 2º, da ECA).

§ 2º O Fundo será regulamentado por Decreto expedido pelo Poder Executivo Municipal.

§ 3º Os contribuintes poderão deduzir do imposto devido, na declaração do imposto sobre a renda, o total das doações feitas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parintins de acordo com o "caput" do Art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 4º O Ministério Público Estadual determinará em cada Comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais referidos no Art. 260, § 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA.



Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapin@gmail.com
Parintins-Amazonas





§ 5º Ficam vedadas as aplicações financeiras de risco.

§ 6º A gestão do Fundo obedecerá aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, e Lei 4.320/64 e suas alterações.

SEÇÃO II – DA COMPETÊNCIA DO FUNDO

Art. 20º. Compete ao Fundo Municipal:

- I. registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;
- II. registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao Fundo, submetendo-os a aprovação do Conselho de Direitos;
- III. manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho de Direitos, bem como acompanhar perante a instituição bancária o controle da conta do fundo municipal, a SEMPAP - Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, e a SEMASTH – Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação;
- IV. propor a liberação de recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho de Direitos; e
- V. administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho de Direitos.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO TUTELAR

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21º Os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, na proporção de, no mínimo, um para cada 100.000(cent mil) habitantes, regidos pelas disposições desta Lei, sem prejuízo de outras que com ela não sejam incompatíveis.

Parágrafo Único. Considerando as peculiaridades geográficas locais e para garantir o pleno atendimento à criança e ao adolescente, o município poderá criar mais de um Conselho Tutelar.

Art. 22º Para o desempenho de suas funções o Conselho Tutelar receberá apoio material, estrutural e de pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH.

Art. 23º - Cada Conselho Tutelar será composto por cinco membros efetivos e no mínimo 10 (dez) suplentes, escolhidos pela comunidade local com domicílio eleitoral no Município, para mandato de (4) quatro anos, permitida nova recondução, mediante novo processo de escolha.





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Parágrafo Único - O Servidor Público Municipal que vier a exercer mandato de Conselheiro Tutelar ficará licenciado de seu cargo efetivo.

Art. 24º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será feito de acordo com o estabelecido no art. 33 desta Lei.

§ 1º - O CMDCA oficiará ao Ministério Público para dar ciência do início do processo eleitoral, em cumprimento ao art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

§ 2º - O voto será direto, universal, secreto e facultativo aos cidadãos do Município, em pleito realizado sob a coordenação e responsabilidade do CMDCA e fiscalizado pelo Ministério Público Estadual.

Art. 25º. Para a candidatura a membros dos Conselhos Tutelares, será exigida a comprovação dos seguintes requisitos:

- I. reconhecida idoneidade moral comprovada através de certidões (devidamente autenticados em Cartórios) de antecedentes criminais e civis, expedida pelo Poder Público Municipal, Estadual, Federal, Polícia Civil ou Poder Judiciário.
- II. idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III. residir no Município de Parintins há pelo menos três anos;
- IV. apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de curso equivalente ao ensino médio; e ao de informática básica;
- V. pleno exercício de seus direitos políticos, comprovados por certidão do cartório eleitoral;
- VI. submeter-se a uma prova de conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, e de informática básica, a ser formulada por uma comissão designada pelo Ministério Público;
- VII. apresentar declaração de entidades, instituições, organizações governamentais e não-governamentais que prestem atendimento a criança e adolescente, comprovando experiência mínima de 02 (dois) anos na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, com indicação do CNPJ das entidades, instituições, organizações governamentais e não-governamentais e dos dados pessoais do declarante, com especificação das atividades exercidas.

Parágrafo Único - Os Conselheiros Tutelares candidatos à reeleição estarão automaticamente classificados à prova de suficiência, desde que atenda as documentações exigidas nesta lei;

Art. 26º. O cargo de Conselheiro Tutelar não estabelece qualquer vínculo empregatício entre este e o Município nem o considera integrante do quadro de servidores da municipalidade.

Art. 27º. O exercício efetivo da função de Conselheiro, membro do Conselho Tutelar, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 28º. Remuneração é o vencimento da função efetiva, acrescida das vantagens pecuniárias estabelecidas nesta Lei.



Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapi@gmail.com
Parintins-Amazonas





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Art. 29º. Os Conselhos Tutelares deverão manter instrumentos básicos de registro, entre eles:

- I. livro de atas para a transcrição das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II. ficha de registro de entrada de casos;
- III. formulários padronizados para atendimentos e providências pelo SIPIA; e
- IV. livro de protocolo para registro de documentos.

Parágrafo Único - Todos os atendimentos realizados deverão ser mantidos em arquivo.

Art. 30º. Constará da Lei Orçamentária Anual previsão dos recursos necessários ao funcionamento dos Conselhos Tutelares.

Parágrafo Único. A previsão Orçamentária de que trata esse artigo terá caráter de prioridade absoluta conforme disposição constitucional.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 31º . São atribuições do Conselho Tutelar:

- I. atender as crianças e os adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 95 e 136, aplicando as medidas constantes do art. 101, I a VII, todos da Lei Federal nº 8.069/90;
- II. atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei Federal nº 8.069/90;
- III. promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:
 - a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
 - b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações; e
 - c) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;
- I. encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- II. providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, da Lei Federal nº 8.069/90, para o adolescente autor de ato infracional;
- III. expedir notificações;
- IV. requisitar certidões de nascimento e de óbito de crianças ou adolescentes, quando necessário;



Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapi@gmail.com
Parintins-Amazonas





- V. assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;
- VI. representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, II, da Constituição Federal;
- VII. representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar;
- VIII. fiscalizar os órgãos ou entidades governamentais e não-governamentais, na forma autorizada pelo art. 95 da Lei Federal nº 8.069/90.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA

Art. 32º. Aplica-se ao Conselho Tutelar a regra de competência constante do art. 147 da Lei Federal nº 8.069/90.

SEÇÃO IV DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 33º. De acordo com as disposições da Lei Federal 8.069/90, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 12.696/12, fica definido que o processo para a escolha dos membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar obedecerá aos seguintes critérios:

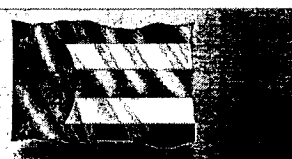
§ 1º. Os Conselheiros serão eleitos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos membros da comunidade local com domicílio eleitoral no Município de Parintins - AM, em eleição realizada sob a direção do CMDCA e fiscalizada pelo Ministério Público;

- I. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.
- II. Os cinco membros titulares e os 10 primeiros suplentes, serão diplomados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com registro em ata em data a ser definida pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Parintins, e será oficiado ao Prefeito Municipal para que sejam nomeados mediante decreto com a respectiva publicação no Diário Oficial do Município e em outro jornal local e após, empossados;

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 3º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

- I. o CMDCA se encarregará de organizar a inscrição, a seleção e a condução do processo de votação e apuração, mediante regulamento, garantindo a presença de fiscais que representem os candidatos participantes perante as seções e juntas apuradoras;





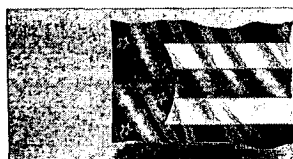
ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



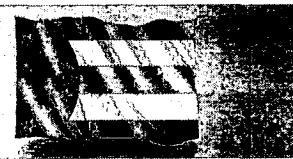
- II. a convocação para dar início ao processo eleitoral do Conselho Tutelar pelo CMDCA deverá ser feita por edital publicado no Diário Oficial do Município, não havendo Diário Oficial, que seja afixado no *atrium* do Fórum de Justiça da Comarca local, por prazo mínimo de 10 dias consecutivos, (6) seis meses antes do dia da data da eleição para escolha dos Conselheiros Tutelares, fixando data, local e horário para a sua realização;
- III. a candidatura será individual e sem vinculação partidária;
- IV. - os candidatos aos Conselhos Tutelares deverão proceder à respectiva inscrição perante o CMDCA em local por ele indicado, atendidos os requisitos mínimos constantes do arts. 24 e 25 desta Lei;
- V. os candidatos inscritos serão submetidos à seleção prévia organizada pelo CMDCA, observando o parágrafo único do art. 25 desta Lei, que constará de:

Parágrafo Único - a não observância dos incisos VIII, IX, X, XI e XII do artigo 33 implicará no cancelamento da inscrição ou impugnação da eleição do candidato infrator

- VI. da seleção prévia a que se refere o inciso V deste artigo caberá recurso, no prazo de cinco dias da publicação do resultado no Diário Oficial do Município ou equivalente, ao presidente do CMDCA, que deverá deliberar impreterivelmente até cinco dias após o protocolo de entrada do respectivo recurso;
- VII. vencido o prazo a que se refere o inciso VI, o CMDCA publicará no Diário Oficial do Município ou afixado no *atrium* do Fórum de Justiça da Comarca local a relação definitiva dos candidatos habilitados;
- VIII. é vedada a propaganda eleitoral nos veículos e meios de comunicação social, admitindo-se tão-somente a participação em debates e entrevistas, situações estas que deverão favorecer todos os candidatos em igualdade de condições;
- IX. é vedada toda e qualquer propaganda em bens públicos de uso especial, com exceção dos autorizados pelo Poder Público, hipótese em que deverá beneficiar e facilitar todos os candidatos em igualdade de condições;
- X. é vedado o transporte de eleitores aos locais de votação pelos candidatos;
- XI. é vedado o financiamento de candidaturas por sindicatos, partidos políticos, clubes de serviços, igrejas, associações e qualquer outro tipo de financiamento da mesma natureza;
- XII. é vedada a contratação de pessoal para distribuição de material de propaganda do candidato;
- XIII. os locais de votação serão definidos pelo CMDCA.
- XIV. ao candidatar-se à função de Conselheiro Tutelar, o membro do CMDCA deverá solicitar imediatamente o afastamento deste conselho;
- XV. Será permitida a distribuição de papéis contendo número, nome e codinome dos candidatos à função de conselheiro (a) tutelar até às 18 horas do dia anterior a votação.



Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapin@gmail.com
Parintins-Amazonas





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



XVI. os casos omissos serão resolvidos pelo CMDCA, ouvido o Ministério Público.

Parágrafo Único - a não observância dos artigos VIII, IX, X, XI e XII implicará no cancelamento da inscrição ou impugnação da eleição do candidato infrator.

Art. 34°. Será solicitado auxílio da Justiça eleitoral a fim de disponibilizar urnas eletrônicas para o pleito, devendo constar o nome, codinome e número do candidato a ser estabelecido em sorteio, realizado em audiência pública previamente divulgada pelo CMDCA.

§1º Não havendo possibilidade da urna eletrônica, será utilizada urna convencional e a ordem dos candidatos na cédula a ser confeccionada pelo CMDCA, será determinada em sorteio nos moldes do "caput" anterior.

§ 2º O eleitor terá direito somente a (1) um voto;

§ 3º O CMDCA poderá solicitar apoio do Poder Executivo na organização, na estrutura e no acompanhamento do processo eleitoral.

Art. 35°. O Conselheiro Tutelar, caso decida pela renúncia da função, deverá comunicar sua decisão com antecedência mínima de trinta dias ao CMDCA.

Parágrafo Único - Caberá ao CMDCA indicar a imediata substituição.

SEÇÃO V
DA CONVOCAÇÃO DOS SUPLENTE

Art. 36°. Cada Conselho Tutelar funcionará com cinco membros efetivos.

Art. 37°. Convocar-se-á o Conselheiro Tutelar suplente nos seguintes casos:

I - quando as licenças a que faz jus o titular exceder a trinta dias;

II - em caso de suspensão em razão de processo disciplinar, quando prazo for igual ou superior a trinta dias;

III - em caso de renúncia ou morte do Conselheiro titular;

IV - em caso de destituição da função do Conselheiro titular;

V - em caso de afastamento para o exercício de mandato eletivo;

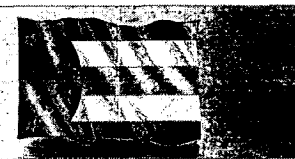
VI - em caso de afastamento para gozo de férias anuais remuneradas.

Parágrafo Único - Findo o prazo, no caso de afastamento, o Conselheiro titular reassumirá o cargo imediatamente.

Art. 38°. O suplente no efetivo exercício do mandato de Conselheiro Tutelar perceberá remuneração proporcional ao exercício e terá os mesmos direitos e deveres do titular.



Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapi@gmail.com
Parintins-Amazonas





SEÇÃO VI
DO AFASTAMENTO PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO

Art. 39º. Ao Conselheiro Tutelar investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

- I. tratando-se de mandato municipal, estadual ou federal, deverá renunciar ao mandato de Conselheiro Tutelar;

Art. 40º. O Conselheiro Tutelar, quando candidato a cargo eletivo, deverá licenciar-se sem prejuízo da remuneração, nos termos da legislação federal.

SEÇÃO VII
DOS DIREITOS

Art. 41º - Fica estipulado pelo exercício da função, a título de subsídio mensal o valor de 3 1/2 (três e meio) salários mínimos, que deverá ser reajustado nos mesmos índices de correção concedidos aos funcionários públicos municipais, quando houver revisão geral dos planos de cargos e salários.

§ 1º Por não possuírem qualquer vínculo empregatício com o Município, e serem agentes públicos com mandato eletivo, serão devidos aos conselheiros tutelares além do subsídio mensal previsto no caput deste artigo os seguintes direitos:

- I. cobertura previdenciária;
- II. gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, o cronograma das férias deverá ser organizado anualmente pelo Colegiado do Conselho Tutelar, e encaminhado a Secretaria a qual o órgão está vinculado e ao CMDCA, podendo ser alterado por situações devidamente justificadas;
- III. licença-maternidade;
- IV. licença-paternidade;
- V. gratificação natalina;
- VI. adicional de periculosidade no percentual de 30% sobre o subsídio.

§ 2º. Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares e seus suplentes.

§ 3º Tratando-se de agentes públicos para mandatos eletivos temporários, os conselheiros tutelares não adquirem, ao término do seu mandato, quaisquer direitos a indenização, efetivação ou estabilidade nos quadros da administração pública municipal.

§ 4º Os Conselheiros Tutelares de que trata esta Lei são contribuintes do Regime Geral da Previdência Social - RGPS.

Art. 42º. Ao Conselheiro Tutelar que se deslocar temporariamente do Município no desempenho de suas atribuições, em missão ou estudo relacionado com a função que exerce, deverá ser concedido, após análise pela administração, além do transporte, diária a título de indenização das despesas de





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



alimentação e estadia, o valor será reajustado pelo mesmo índice aplicado no Funcionalismo Público Municipal.

Art. 43º. O Conselheiro Tutelar que receber diária indevidamente será obrigado a restituí-la de uma só vez, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 44º. Mediante solicitação anterior ou posterior a fato devidamente instruído e devidamente documentado, o Conselheiro Tutelar terá o direito de se ausentar do serviço, sem prejuízo de nenhuma ordem ou natureza, nos seguintes casos:

- I. cinco dias consecutivos, contados da data do fato, em razão de:
 - a) casamento;
 - b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, criança ou adolescente sob sua guarda ou tutela e irmãos e avós;
 - c) pelo nascimento ou adoção de filho, o Conselheiro Tutelar terá direito à licença-paternidade.
- II. por um dia, para doação de sangue;

SEÇÃO VIII
DO FUNCIONAMENTO

Art. 45º. O Conselho Tutelar funcionará atendendo, por meio de seus conselheiros, caso a caso:

- I. das 8 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira;
- II. a partir das 17:00 horas, aos sábados, domingos e feriados, em regime de plantão, na forma de sobreaviso;
- III. a escala de atendimento do plantão, na forma de sobreaviso, será distribuída entre os conselheiros tutelares mensalmente, e encaminhada à Secretaria a qual está vinculado administrativamente; CMDCA, a delegacia especializada, ao comando da polícia militar, ao Ministério Público, Defensoria Pública, Juizado da Infância e Juventude, secretarias de educação e aos hospitais;
- IV. estando de plantão, na forma de sobreaviso, o conselheiro tutelar terá seu nome divulgado, para conhecimento da escala e acompanhamento;
- V. no horário intermediário do almoço ficará sempre um Conselheiro Tutelar atendendo no Conselho;
- VI. o Regimento Interno do Conselho tutelar estabelecerá o regime de trabalho, de forma a atender às atividades do Conselho, sendo que cada Conselheiro deverá prestar 40 (quarenta) horas semanais;

Parágrafo Único - A escala de atendimento de que trata o inciso III deverá respeitar obrigatoriamente, o rodízio dos 5 (cinco) Conselheiros, sendo um a cada plantão.



Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapin@gmail.com
Parintins-Amazonas





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Art. 46°. Ao procurar o Conselho Tutelar, o interessado será atendido por um membro deste, que, se possível, acompanhará o caso até o encaminhamento definitivo.

§ 1º Nos registros de cada caso, deverão constar, em síntese, a denúncia e as providências tomadas e a esses registros somente terão acesso os Conselheiros Tutelares, ressalvada requisição judicial ou Ministerial.

Parágrafo Único – O conselho tutelar deverá enviar relatório trimestral dos atendimentos realizados a Secretaria a qual esta vinculado, ao CMDCA, Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude.

SEÇÃO IX
DOS DEVERES

Art. 47°. São deveres dos Conselheiros Tutelares:

- I. exercer com zelo e dedicação suas atribuições;
- II. observar e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;
- III. atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo;
- IV. zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público; manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha; guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento, com exceção para as autoridades constituídas, quando necessário;
- V. ser assíduo e pontual;
- VI. tratar as pessoas com respeito;
- VII. apresentar os casos atendidos e as providências tomadas para referendo do colegiado do Conselho Tutelar;
- VIII. respeitar a decisão do colegiado do Conselho Tutelar quanto à aplicação das medidas de proteção e demais deliberações;
- IX. atualizar-se permanentemente em relação à legislação afeta à área; participar e integrar-se aos grupos de trabalho, comissões e redes de discussão e ação voltadas ao atendimento, proteção e garantia dos direitos da criança e adolescente;
- X. interferir no exercício do poder familiar quando os direitos e deveres dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente estiverem sendo descumpridos;
- XI. registrar todos os atendimentos levados ao conhecimento do Conselho Tutelar no SIPIA (Sistema de Informações para a Infância e Adolescência), devendo tais informações serem atualizadas no prazo máximo de até uma semana, sob pena de incidir nas penalidades do art. 41, desta Lei;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



- XII. O membro do Conselho Tutelar deverá se abster de pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelo Órgão, de maneira que as vítimas, familiares e demais envolvidos, não sejam identificados.

SEÇÃO X
DAS PROIBIÇÕES

Art. 48º. Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

- I. ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante expediente, salvo por necessidade do serviço;
- II. não ser localizado estando de plantão; na forma de sobreaviso;
- III. recusar fé a documento público;
- IV. opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- V. entregar à pessoa que não seja membro de Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que não seja de responsabilidade dela;
- VI. proceder de forma desidiosa, recusando-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso, no exercício de suas atribuições, quando em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar;
- VII. valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
- VIII. receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições;
- IX. deixar de comparecer ou de fazer parte, sem justificativa, de grupos de trabalho, comissões e redes de discussão e ação voltadas ao atendimento, proteção e garantia de direitos da criança e adolescente;
- X. utilizar o espaço físico da sede do Conselho para fazer qualquer tipo de promoção pessoal ou de terceiros;
- XI. fazer propaganda político-partidária no exercício das suas funções;
- XII. romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar;
- XIII. exceder-se no exercício da função, de modo a exorbitar suas atribuições, em abuso de autoridade;
- XIV. promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;
- XV. O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar;
- XVI. a responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes se estende aos funcionários e auxiliares a disposição do Conselho Tutelar.



Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapi@gmail.com
Parintins-Amazonas





SEÇÃO XI DA ACUMULAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE

Art. 49º. É vedada a acumulação remunerada da função de Conselheiro Tutelar com qualquer atividade remunerada, pública ou privada, inclusive com cargo, emprego ou função, salvo as prevista na constituição federal.

Art. 50º. O Conselheiro Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular da sua função.

DO IMPEDIMENTO

Art. 51º. O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de analisar o caso quando:

- I. a situação atendida envolver cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- II. for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
- III. algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- IV. tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º. O interessado poderá requerer ao Colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses desse artigo.

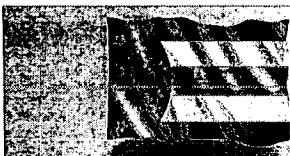
SEÇÃO XII DAS PENALIDADES

Art. 52º. São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros dos Conselhos Tutelares:

- I. advertência: verbal ou escrita;
- II. suspensão, não remunerada, de um a três meses; e
- III. destituição da função.

Art. 53º. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou o serviço público, os antecedentes no exercício da função.

Art. 54º. A advertência será aplicada por escrito nos casos de violação das proibições constantes dos incisos I, II, III, IV, V, VI, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI do art. 48º desta Lei ou de não-





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



observância de dever funcional constante na Lei Federal nº 8.069/90, no regulamento ou nas normas internas de Conselho Tutelar que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 55º. A suspensão, que será aplicada nos casos de reincidências das faltas punidas com advertência, não poderá exceder a noventa dias, mas implicará o não pagamento da remuneração pelo prazo que durar.

Art. 56º. O Conselheiro Tutelar será destituído da função nos casos em que:

- I. cometer crime ou contravenção penal ou infração administrativa incompatíveis com o exercício de sua função;
- II. deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer outra atividade atribuída a ele, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas, dentro de um ano, sem justificativa;
- III. deixar de comparecer, injustificadamente, a três reuniões consecutivas definidas pelo colegiado ou a cinco alternadas, no mesmo ano;
- IV. praticar conduta desonrosa no exercício da função;
- V. ofender outrem fisicamente no exercício da função, salvo em legítima defesa própria ou de terceiro;
- VI. transgredir os incisos I, II, IV, VII e VIII do artigo 48º desta Lei;
- VII. atuar em desacordo com as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente e da legislação afeta à área da criança e do adolescente; e
- VIII. restar configurado, em processo administrativo disciplinar, falta punível com advertência ou suspensão, após ter sofrido, em processos anteriores, a aplicação de duas penalidades de suspensão não-remunerada.

Art. 57º. A decisão em processo administrativo deverá conter relatório, fundamentação e conclusão.

Art. 58º. A destituição da função por infringência do art. 48º. incisos I, II, IV, VII e VIII, incompatibiliza o Conselheiro Tutelar para novo pleito pelo prazo de 4 (quatro) anos.

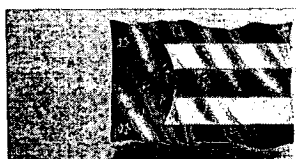
SEÇÃO XIII
DA SINDICÂNCIA

Art. 59º. As denúncias ou notícia de irregularidades contra conselheiros tutelares serão encaminhadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente CMDCA que após apurada deverá ser encaminhada ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Parágrafo Único - As denúncias podem ser por escrito ou orais, sendo estas reduzidas a termo.

Art. 60º. Salvo as denúncias apresentadas pelo Ministério Público acompanhadas de termo de declaração, nos demais casos o processo se iniciará com oitiva de quem estiver fazendo a denúncia.

Art. 61º. Em caso de abertura da sindicância, o prazo para a conclusão será de sessenta (60) dias, a



Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapin@gmail.com
Parintins-Amazonas





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



contar da publicação da Resolução que indicará o seu objeto, e prorrogáveis ao máximo por trinta (30) dias.

Art. 62º. O processo de sindicância será sumário, com ampla defesa ao sindicado, podendo ser realizadas diligências, perícias e oitivas de testemunhas e pessoas envolvidas para o esclarecimento da questão.

Art. 63º. A missão de sindicância tem, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I. apurar responsabilidade funcional; apreciar e investigar as representações atinentes à atuação em desconformidade com a Lei;
- II. apurar responsabilidade funcional decorrente do exercício irregular de atribuições dos conselheiros tutelares;
- III. promover investigação sobre o comportamento ético, social e funcional dos conselheiros tutelares;
- IV. reunir elementos informativos para formar convicção em torno dos fatos e condutas;
- V. recorrer a perícias, diligências, revisões e outros meios cabíveis à elucidação da controvérsia processual;
- VI. promover acareação entre as partes inquiridas, quando necessário;
- VII. emitir relatório conclusivo quanto à inocência ou responsabilidade do conselheiro tutelar, remetendo ao colegiado do CMDCA para conhecimento e adoção de providências.

Art. 64º. A comissão de sindicância será constituída por, no máximo, três dos membros do CMDCA.

SEÇÃO XIV
DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA

Art. 65º. O processo de sindicância para apurar os fatos ilícitos contra Conselheiro Tutelar que praticar falta funcional será conduzido por uma Comissão Administrativa Disciplinar formada por membros do CMDCA.

Art. 66º. No processo de sindicância, será assegurado o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo Único - Comparecendo, o indiciado assumirá o processo no estado em que se encontra.

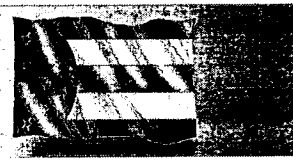
Art. 67º. Constatadas as faltas a que se referem os artigos 48º e 49º a Comissão de Sindicância encaminhará ao Ministério público para adoção das medidas legais.

Art. 68º. O Processo de sindicância será público, mas poderá ser conferido caráter sigiloso para preservar a integridade física, psicológica ou moral dos envolvidos.

Art. 69º. Instaurado o processo de sindicância, o acusado será notificado, com antecedência mínima de 48 horas da data em que será ouvido pela Comissão.



Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapin@gmail.com
Parintins-Amazonas





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Parágrafo Único - O não-comparecimento injustificado não impede a continuidade do processo.

Art. 70º. Ouvido o acusado, este terá cinco dias para apresentar sua defesa prévia, sendo-lhe facultada vista dos autos em Secretaria, podendo fotocopiar peças.

Art. 71º. Na defesa prévia, podem ser anexados documentos e o rol de testemunhas, em até três por fato imputado.

Art. 72º. Ouvir-se-ão primeiro as testemunhas de acusação e posteriormente as de defesa, que serão notificadas da data de seus depoimentos.

Parágrafo Único - O não-comparecimento não obstará o prosseguimento da instrução.

Art. 73º. Encerrada a instrução, as partes poderão alegar razões finais ou a requererem para apresentação em cinco dias.

Art. 74º. Após as razões finais, havendo indícios de infração administrativa ou prática de crime a Comissão de Sindicância terá cinco dias para encaminhar o processo de apuração ao Ministério Público.

Art. 75º. Na hipótese de improcedência por falta de prova, o processo será arquivado, podendo ser reaberto se novas provas forem produzidas no prazo de seis meses.

Art. 76º. A decisão do CMDCA sobre o processo administrativo disciplinar será publicada no Diário Oficial sob a forma de resolução.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 77º. A definição da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente será estabelecida com base em diagnóstico da realidade do município de Parintins - AM elaborado mediante pesquisa científica sob responsabilidade do CMDCA, com a colaboração do Conselho Tutelar.

Parágrafo Único. O Conselheiro Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Art. 78º. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 79º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as Leis Municipais nº. 420/2008 e 464/2010 e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Parintins/AM, 01 de abril de 2015.


EVERALDO SILVEIRO BATISTA COELHO
Prefeito Municipal de Parintins em Exercício

Rua: Jonathas Pedrosa, nº 190 – Centro
procuradoriapi@gmail.com
Parintins-Amazonas

